

Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo

Guilherme Gomes Ferreira*

Resumo:

Vivemos um momento histórico de retomada do conservadorismo moral e político no Brasil e de avanço dos pensamentos ideológicos de direita e extrema direita. Através de um pretenso desejo por democracia e narrativas de clamor à nação, ao bem comum e aos valores tradicionais, esses pensamentos se alastram nas diversas arenas políticas, mas é interessante pensar que as questões de diversidade sexual e de gênero são uma das agendas privilegiadas para o ataque do conservadorismo. Ao mesmo tempo, os sujeitos políticos de gênero e sexualidade dissidentes elaboram suas lutas sociais em um cenário complexo e contraditório que tende à simplificação e que desconsidera a história e os direitos adquiridos. Quais as estratégias de luta possíveis e que tendências o avanço do conservadorismo na política brasileira acarreta no debate de diversidade sexual e de gênero?

Palabras claves: Conservadorismo; Direita Política; Diversidade Sexual; Gênero.

Conservatism, the Strengthening of the Extreme Right and the Sexual and Gender Diversity Agenda in Contemporary Brazil

Abstract:

We are living a historical moment characterized by the resurgence of moral and political conservatism and the advance of rightist and extreme rightist ideologies in Brazil. Using a supposed desire for democracy and narratives that appeal to nationalism, the common good and traditional values, those ideologies have penetrated the various political arenas, but it is interesting to note that issues of sexual and gender diversity have been singled out for attack. At the same time, gender and sexual dissidents elaborate their social struggles in a complex and contradictory scenario which tends toward oversimplification and neglects the history of acquired rights. What are the possible strategies of struggle and what tendencies does the advance of conservatism in Brazilian politics bring for the debate on sexual and gender diversity?

Keywords: Conservatism; Political Right; Sexual Diversity; Gender.

* Doutorando em Serviço Social pela PUC-RS. Bolsista PDSE/CAPES, com período sanduíche no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Pesquisador vinculado ao Grupo de Pesquisas e Estudos em Ética e Direitos Humanos da PUCRS. Membro da organização Freeda: espaços de diversidade, e consultor voluntário da Política Nacional de Diversidade no Sistema Penal vinculado ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Porto Alegre-RS, Brasil.

End. eletrônico: guingo.gui@gmail.com

Introdução

Desde os anos de 1970, conforme sinaliza David Harvey (1993), vem ocorrendo uma mudança no plano da cultura – mas que possui rebatimentos no social, econômico e político – cuja raiz está em uma das crises cíclicas do movimento do capital¹. Essa crise, inerente à produção capitalista, começa a produzir nesse período uma nova experiência na maneira como as sociedades experimentam o tempo e o espaço, ruindo a confiança em juízos científicos e morais até então estabelecidos, fazendo a estética triunfar sobre a ética, a dominância das imagens em detrimento das narrativas, a precedência da fragmentação e da efemeridade. Nesses tempos de incertezas e de inseguranças, movimentos da sociedade se voltam para promessas de novas explicações a esses fenômenos e buscam modos de conservar o estabelecido – modos que recebem uma roupagem de desejo de transformação.

É convencional nestes dias, por exemplo, descartar toda sugestão de que a “economia” (como quer que se entenda essa palavra vaga) possa ser determinante da vida cultural, mesmo (como Engels e Althusser sugeriram) “em última instância”. [...] [é preciso] lançar um contra-ataque da narrativa contra a imagem, da ética contra a estética [...] buscando a unidade no interior da diferença, embora um contexto em que o poder da imagem e da estética, os problemas da compressão do tempo-espaço e a importância da geopolítica e da alteridade sejam claramente entendidos (Harvey, 1993:301-325).

Particularmente na América Latina, que viveu um processo recentíssimo de democratização materializado na passagem de sistemas políticos autoritários para aqueles democraticamente eleitos (Azevedo, 2005), o conservadorismo aparece através da noção de uma “nova guinada à direita”. No entanto, os países latinos que experimentaram períodos de ditadura – e que tiveram depois governos “mais à esquerda” – não viveram a transição efetiva desses períodos de exceção e mesmo com a ascensão de partidos vinculados à tradição de esquerda, não houve uma reformulação das instituições e do modo como se relacionam as figuras políticas com o povo: a polícia manteve a matança aos pobres como padrão, o autoritarismo de quem detêm cargos políticos triunfou sobre o povo, a “nova classe média” integrada pelo consumo se identifica com os que estão acima dela

¹ “A crise do capital, que se processou a partir de 1970, no entanto, não diz respeito apenas aos seus determinantes econômicos e políticos, mas relaciona-se a uma crise sociocultural, produto das inúmeras transformações no campo da cultura que se sucederam no final dos anos 60. [...] as respostas iniciais à crise [...] não são apenas respostas econômicas [...]: trata-se da ascensão de um novo paradigma ideo-teórico de legitimação da ordem, necessário à recomposição do projeto burguês” (Rocha, 2014:158-159).

e a última década demonstrou um supercrescimento da população carcerária, especialmente no Brasil.

É “tempo de incoerência política”. No Brasil o quadro histórico vivido tem demonstrado que o conservadorismo moral e político aparece como o novo e a mudança. Através do desejo por democracia e narrativas de clamor à nação, o pensamento conservador se alastra nas diversas arenas da agenda política brasileira. Sinaliza a professora Maria Lúcia Barroco (2009), todavia, que o debate sobre a família (e conseqüentemente sobre as questões de gênero e sexualidade) figura como principal objeto de investimento e injeção do pensamento conservador contemporâneo³, de modo que vemos apelos morais ao bem comum através de abstrações contidas, por exemplo, no projeto de estatuto da família; na proibição do aborto legal e de estatuto do nascituro; e até mesmo em projetos que institui o orgulho ao heterossexual e criminaliza a “heterofobia”⁴. A ofensiva conservadora, nesse quadro, atingiu ainda outros setores da sociedade, cabendo lembrar da polêmica proposta de redução da maioria penal que repercutiria em maior seletividade penal da juventude negra e pobre brasileira, que também se relaciona em certa medida com os valores tradicionais da “boa e estruturada família”.

A família é um dos alicerces morais do conservadorismo e sua função é a de manutenção da propriedade. A mulher exerce o papel de agente socializador responsável pela educação moral dos filhos; por isso, essa perspectiva é radicalmente contrária aos movimentos femininos, entendendo-os como elemento de desintegração familiar. A moral adquire, no conservadorismo, um sentido moralizador [...]. É assim que se apresentam sob diferentes enfoques e tendências, objetivando a restauração da ordem e da autoridade, do papel da família, dos valores morais e dos costumes tradicionais (Barroco, 2009:174-175).

² De acordo com Boaventura de Souza Santos (2015), a redistribuição social ocorrida em diferentes países e especialmente no Brasil impulsionou o surgimento de uma nova classe média integrada não pela cidadania, mas pelo consumo. Essa classe se identifica com os que estão acima dela, e “os que estão acima são os que sempre olharam com suspeita os governos progressistas. Além de tudo, esses governos traziam uma nova classe política feita de gente de baixo que a gente de cima [...] olhava e olha com desprezo e até com repugnância”.

³ “Em função da grande carga afetiva mobilizada na opção conservadora, ela exige e pressupõe a repressão da sexualidade [...]. O moralismo e suas manifestações associadas, como a intransigente defesa da família, por exemplo, são um elemento constante no discurso conservador, mas aqui também é necessário a alteridade, um outro que ameace a ordem e a harmonia do padrão moral, daí que não nos espanta que o discurso conservador associe o nacionalismo, a irracionalidade, o moralismo com a homofobia” (Iasi, 2015).

⁴ Na ordem em que são citados: projeto de lei (PL) 6.583/13 que define a entidade familiar a partir da união entre um homem e uma mulher e proíbe a adoção por casais homossexuais; PL 5.069/13 que modifica a Lei de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual; PL 478/07 que proíbe o aborto mesmo em caso de estupro e transforma o aborto ilegal em crime hediondo; PL 1.672/11 que institui o Dia do Orgulho Heterossexual; e o PL 7.382/10 que pune a “heterofobia” e prevê pena de reclusão para casos de discriminação contra heterossexuais.

Esses projetos conservadores não teriam força se não refletissem o pensamento comum, aquele que é buscado para explicar, de forma mais imediata e rudimentar possível, as situações complexas que não são facilmente compreendidas. Tal pensamento é próprio da vida cotidiana, espaço cujas características comuns (dentre elas os sistemas de repetição, normatividade, linguagem e sistemas de signos, de usos e de hábitos⁵) são propriamente constituintes da forma e do conteúdo do pensamento do sujeito particular. O conservadorismo se enraíza nesse espaço para se reproduzir largamente, porque o cotidiano possibilita que suas ideias se misturem às narrativas progressistas sem causar o constrangimento da necessidade de uma análise crítica e de uma coesão e unidade.

Sob uma pretensa ausência ideológica – embora carregado de ideologia unicamente pelo motivo de que ela não transforma, mas conserva –, o conservadorismo é a favor da vida, da “família”, do bem comum, da preservação da humanidade e dos costumes estabelecidos que dão sentido à realidade mais imediata e material, apelando ao mesmo tempo à ordem e à mudança. Na verdade, o conservadorismo contemporâneo “*oculta e escamoteia sua raiz e seus conteúdos conservadores*” (Netto, 2011:16, grifos da autora), ao mesmo tempo em que é um pragmatismo imediatista (Iasi, 2015). Não requisita um pensamento homogêneo e uniforme: no interior de um pensamento conservador é possível encontrar diferentes posicionamentos em convivência⁶ e uma absorção do *ethos* político, econômico e cultural dominante através do qual o conservadorismo se constitui e se adapta.

Na política brasileira, o conservadorismo é constitutivo das ideologias presentes nos partidos de direita e de extrema-direita, mas o cenário histórico tem demonstrado que, especialmente no que se refere o debate aqui proposto, as bandeiras de luta dos sujeitos de gênero e sexualidade dissidentes podem ser preteridas também pelos governos proclamados “de esquerda” sob a justificativa da governabilidade, quando na verdade o que se acompanha é uma direitização

⁵ No pensamento manheimiano, tradição é a tendência a velhas formas de vida e padrões vegetativos, mas é uma condição subjetiva oposta à estrutura objetiva do conservadorismo (Netto, 2011). Dentro do mundo dos usos, os costumes e os hábitos se diferenciam na medida em que o segundo necessariamente requisita uma repetição, quer dizer, é uma ação repetitiva que se aproxima mais à personalidade do que os costumes, que podem estar mais ligados à vida e normas sociais (Heller, 1977).

⁶ “Derivado de um quadro de referência imediato, de problemas ou contradições que lhe afetam de forma direta, [todo o] conservador quer uma solução. Não há história, assim como inexistem determinações fora do campo do visível. Desta forma o pensamento conservador não se preocupa se antes falava uma coisa e agora fala outra, pois não há conexão entre estas dimensões, só existe o agora, o presentismo exacerbado. Dane-se o passado e não me interessa as consequências disso para o futuro, me interessa o gozo presente, o êxtase” (Iasi, 2015).

no governo federal brasileiro. Para além disso, é preciso situar que mesmo nos governos anteriores a agenda de gênero e diversidade sexual foi uma das últimas a se consolidar, o que parece indicar que a afirmação de direitos nessa seara é sempre inconclusa, contraditória e necessita ser reiteradamente reivindicada. Nessa perspectiva, quais as estratégias de luta possíveis e que tendências o avanço do conservadorismo na política brasileira e o fortalecimento da direita acarretam no debate de diversidade sexual e de gênero?

Conservadorismo, política e cotidianidade

Há uma narrativa no senso comum de que o conservadorismo presente na contemporaneidade é algo totalmente novo, ou então que se constitui como uma “nova onda”. Também aparece frequentemente como ideologia “da direita” no poder, a ser combativa pela esquerda que figura como força da sociedade e das lutas sociais. Nas palavras de Mauro Iasi (2015), esse conservadorismo, que atualmente se percebe com maior evidência na direita política brasileira, sempre esteve presente, como expressão da própria luta de classes, do desejo de manutenção do *status quo* da sociabilidade burguesa como referência, em favor das classes dominantes. Em outras palavras, é uma expressão das relações que constituem o cotidiano e “da *consciência imediata*” que prevalece em uma certa sociedade e que manifesta, ainda que de forma desordenada e bizarra, os valores determinantes que tem por fundamento as relações sociais determinantes” (Iasi, 2015; grifos nossos).

Por se tratar de um pensamento que não contém unidade e por penetrar na vida cotidiana através de condições genéricas em si – em outras palavras, por estar à serviço da particularidade, da vida miúda, o discurso conservador também não apresenta coerência interna nem autocrítica. Uma das características da vida cotidiana, a repetição, faz com que tomemos por hábito diferentes ações no interior do mundo dos usos (costumes). O conservadorismo se alia a esse movimento de práxis repetitiva, uma vez que uma ideia conservadora aparece para nós como natural, inquestionável, e em razão da sua natureza de manter em permanência o que está estabelecido (justamente porque conserva) faz com que apareça também como coerente à própria personalidade do sujeito.

⁷ De acordo com Lukács, o cotidiano, que produz a consciência imediata, possui três características fundamentais: a imediatividade, a heterogeneidade e a superficialidade extensiva, ou ultrageneralização. Nas palavras do filósofo, “el hombre de la vida cotidiana reacciona siempre a los objetos de su entorno de un modo espontáneamente materialista, independientemente de cómo se interpreten luego esas reacciones del sujeto de la práctica” (1966: 46-48).

De acordo com Maria Lúcia Barroco (2009: 172; grifos da autora),

[...] o conservadorismo fundamenta-se na valorização do passado, da *tradição*, da *autoridade* baseada na *hierarquia* e na *ordem* [...]. Para Burke, a história é a experiência trazida do passado e legitimada no presente pelas tradições [...]. Segundo Nisbet, uma das marcas do pensamento conservador é sua oposição ao racionalismo e sua valorização da *experiência* e do *preconceito*.

O preconceito aqui é caracterizado pela autora como conhecimento advindo dos sentimentos espontâneos, do empírico e da experiência imediata. Também é encontrado no mundo da particularidade (da vida cotidiana), enquanto juízo provisório, uma vez que se fortalece no âmbito de relações sociais que tem por base consciências reificadas; sendo reproduzido ideologicamente em seus valores de maneira ampliada, transforma moral em moralismo; por não estar fundado na razão ou na história, não adere às lutas sociais coletivas como promessa de transformação da realidade; tendo a família, a igreja e as organizações como instituições por princípio (porque carregam os valores mais tradicionais do pensamento conservador), nega as conquistas da época moderna, muitas delas ligadas à revolução sexual, à libertação da mulher (ao divórcio e as conquistas civis e no mundo do trabalho⁸), aos direitos de diversidade sexual e de gênero e outras lutas que o conservador entende como promessas de felicidade a custo da produção de inimizade entre os grupos (homossexuais contra heterossexuais, mulheres contra homens, etc.). A defesa desses alicerces é realizada pelo conservador de forma apaixonada e quase sempre violenta e irracional.

A análise de Barroco (2009) a respeito do conservadorismo moral posiciona a família na centralidade do debate, enquanto instituição-chave desse conservadorismo quase que por excelência. Parece que podemos ir além e dizer que as questões de gênero (e de sexualidade), nesse cenário, *figuram como principal objeto de investimento e injeção do pensamento conservador contemporâneo*, que se apresenta na vida cotidiana através dos sistemas de normas, signos, linguagem e sistemas de usos. Alguns pressupostos são necessários para defender esta tese: i) a história da sexualidade e do gênero é uma história de controle e repressão dos corpos e das suas possibilidades de nascentes de prazer; ii) o sistema de sexo/gênero, fundado, entre outros princípios, na noção binária (masculino/feminino), na iconografia da diferenciação e na complementaridade sexual, é o que estabelece

⁸ "A moral conservadora revela-se com toda a clareza quando se trata das questões vinculadas ao papel da mulher, que os conservadores entendem deva ser de agente moral, responsável pela educação dos filhos e pela família; eles são contrários, portanto, ao trabalho feminino" (Barroco, 2009:179).

a primeira interação do sujeito no social (através da anunciação do gênero ainda durante a gravidez); iii) a constituição de uma sociedade que toma por referência a heterossexualidade e a cisgeneridade⁹, e os papéis sociais baseados nos sexos são a principal organização da vida objetiva/subjetiva e refletem diretamente na forma e conteúdo da reprodução dos demais aparelhos ideológicos (leis, línguas, religião, etc.).

É sem dúvida, portanto, verdadeira a afirmação de Michel Foucault (1988) de que a sexualidade e o gênero são, dentre os temas, aquelas mais largamente debatidos enquanto objetos de disputa pública, na qual toda uma teia de saberes, discursos e injunções investe sobre eles. Isso porque vemos na atualidade e na história que essas agendas são disputadas também pela política brasileira, como bandeiras da esquerda ou da direita de acordo com os interesses de cada um, de revolução ou manutenção; em outras palavras, há no campo da diversidade sexual e de gênero uma disputa por territórios “devido ao alargamento dos guetos” (Nascimento, 2010:74), na medida em que se tensiona o processo civilizatório para uma abertura de direitos e, conseqüentemente, para a negação destes. Por outro lado, é preciso que se pergunte se realmente o pensamento conservador figura exclusivo da direita e da extrema-direita no Brasil, ou se, ao contrário, ele tem dialogado com os governos que se dizem de esquerda.

Bresser-Pereira (2006: 25) chama a atenção para o fato de que esquerda e direita, na América Latina e especificamente no Brasil, se distinguem através da disposição da primeira de reivindicar mudanças e “arriscar a ordem em nome da justiça social”, enquanto a segunda se caracteriza pelo desejo de manutenção da ordem, do estabelecido (que é, na história da luta de classes, aquilo que sempre privilegiou os economicamente dominantes)¹⁰. Entretanto, há aqui um paradoxo: se a dita “esquerda” venceu as últimas eleições no Brasil, não foi ela que governou, ou ao menos não governou à esquerda, pois não representou os interesses dos trabalhadores, gerando uma crise de representatividade no interior dela própria. Ao passo que os primeiros governos petistas foram marcados pela redução da pobreza extrema e da fome “a menos de um sétimo do nível de 1990, passando de 25,5% para 3,5% em 2012” (PNUD-Brasil, 2012), a direitização do governo Dilma Rousseff não poderia ser melhor exemplificada senão através

⁹ “São conceituadas como ‘cisgêneros’ as pessoas cuja identidade de gênero está de acordo com o que socialmente se estabeleceu como o padrão para o seu sexo biológico” (Jesus, 2012: 15).

¹⁰ A perspectiva de Bresser-Pereira, evidentemente, é na de “esquerda” em alguma medida, senão totalmente, conciliada ao Estado, atuando para torná-lo o mais público e democrático possível. Deixa de lado a perspectiva de uma parcela da esquerda do Estado unicamente como instrumento burguês e inconciliável com os interesses dos dominados. Contudo aqui, para esta definição, importa distinguir o caráter transformador da esquerda em contrapartida ao caráter conservador da direita.

da execução de políticas de inspiração neoliberal que fortaleceram o projeto das elites, optando por “favorecer o capital em detrimento das condições de vida da população, especialmente por meio da privatização da saúde, educação e violação dos direitos sociais e humanos” (CFESS, 2016).

Na Reforma Agrária, assentou em média menos famílias por ano do que o governo tucano. A política econômica se mostrou, durante boa parte do período, mais preocupada com banqueiros e grande indústria. Adotou uma política energética obsoleta. Fechou os olhos para a questão indígena. Sequer tentou avançar na ampliação de direitos LGBT. Não encarou o problema carcerário ou a brutalidade policial voltada contra os mais pobres. Não houve melhoras notáveis no ensino ou saúde públicos. A legislação ambiental saiu de bandeja para a agroindústria (Doria, 2016).

Na perspectiva de Bresser-Pereira (2006), essa direitização ocorre porque o Partido dos Trabalhadores nunca foi capaz de fazer a distinção entre os interesses próprios dos interesses daqueles que representa, e porque sua presença na esquerda sempre foi a da esquerda burocrático-sindical, perdendo de vista a crítica ao corporativismo e curvando-se aos interesses das elites conservadoras sob o pretexto da governabilidade e sem coragem em arriscar a perda de apoiadores. Essa é a contradição maior da esquerda que temos no poder, porque se a direita sempre defendeu os interesses dos ricos e desejosos da ordem, a esquerda deveria representar os interesses dos trabalhadores e dos pobres, mas acaba por ouvir os interesses dos que sempre tiveram voz. No campo de gênero e sexualidade, isso foi representado por perdas significativas envolvendo a discussão desses temas na escola (como a polêmica do kit anti-homofobia e a ofensiva conservadora e fascista da bancada evangélica do Congresso Nacional contra a “ideologia de gênero”), congelamento de pautas feministas como a legalização do aborto e nenhum avanço nas demandas por reconhecimento jurídico da identidade social de travestis e transexuais e criminalização da lesbo-homo-transfobia.

Sexualidade, gênero e a direita: tendências do avanço conservador

Fato é que a defesa dos direitos das mulheres e da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) nem sempre representou na história uma bandeira exclusivamente de esquerda, ou, em outros termos, nem sempre pertenceu somente à esquerda como bandeira política. Os grupos políticos que adotam posições progressistas nesta seara em geral são mais de esquerda que de direita, mas sendo a direita caracterizada por incoerência no pensamento que defende, muitas vezes também cooptou os debates em torno da cidadania dos sujeitos de gênero e sexualidade dissidentes para afirmar direitos dessas populações – evidentemente, quando esses direitos não divergiram da coesão social e

não impactaram a estrutura que mantém os dominantes no poder nem atacou o capital. Um exemplo disso foi o apoio de alguns setores da direita em relação ao casamento homossexual (e o fato de um país como os Estados Unidos também ter garantido recentemente o direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo).

A aliança do governo Rousseff com a bancada evangélica, no mesmo sentido, foi o que se caracterizou como um dos piores feitos desse governo em relação às populações que desejam avanços de direitos de gênero e sexualidade. Com a promessa de isenção de impostos às transações financeiras realizadas pelas igrejas, essa esquerda se aliou à uma direita ultraconservadora e religiosa que é, dentre as instituições, a que mais regula o gênero e a sexualidade dos sujeitos, uma vez que entende que afirmar direitos para mulheres e LGBTs é uma “ameaça concreta aos fundamentos institucionais da sociedade” (Coutinho, 2014: 31). É preciso lembrar que antes do advento do cristianismo e da Igreja Católica Apostólica Romana, o homoerotismo e as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo não eram práticas consideradas dissidentes (Ullmann, 2007). Foi com o seu surgimento que as homossexualidades passaram a ser consideradas inúteis para a reprodução da espécie; “a prática homossexual solaparia a família (em cujo seio se geram os novos consumidores) e seus padrões ideológicos (cuja ordem é consumir). [...] o vácuo político-ideológico, a crise do capitalismo e a recrudescência dos credos religiosos institucionalizados criaram terreno fértil para as execrações morais, insufladas agora por um milenarismo de olho no capital” (Trevisan, 2004: 19).

A definição de família como união entre homem e mulher proposto pelo famigerado Estatuto da Família, por exemplo, tem se apresentado como uma das grandes tendências do projeto político conservador em ascensão no Brasil através do apoio religioso fundamentalista. Uma das preocupações do conservadorismo e que é materializado em pensamentos imediatos do senso comum é que a “moda da homossexualidade e do feminismo” seja transmitida às crianças e jovens, que passem a não valorizar mais as tradições de subserviência familiar e rigidez patriarcal nos papéis hierárquicos destinados às famílias. Nesse sentido é que também se destaca a retirada do debate de gênero e sexualidade de diversos planos escolares municipais e estaduais e o ataque à resolução que instituiu parâmetros para o acesso e permanência de travestis e transexuais na escola, sob o argumento principal de que as crianças deveriam utilizar o banheiro de acordo com o órgão sexual, e não sua identidade de gênero¹¹.

Vê-se assim que a população LGBT (sobretudo as travestis e transexuais) forma um dos grupos mais afetados pelo preconceito, que para Burke, “é um

¹¹ Resolução n. 12/2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT.

resumo, na mente individual, da autoridade e da sabedoria contidas na tradição” (Nisbet, 1987: 58), um ataque, portanto, ao racionalismo puro e um clamor pelo inconsciente, pelas emoções e experiências e pela tradição. Por desestabilizarem uma norma (patriarcal, machista, heterossexual e cisgênera) e viverem diferentemente do estabelecido – suas orientações sexuais e identidades de gênero não necessariamente correspondem à expectativa de fixidez e de normalidade, mas, ao contrário, demandam uma fluidez e um borramento que não podem prescindir de uma nova racionalidade do sistema sexo/gênero –, essas pessoas colocam em evidência o temor da direita e do conservadorismo de que as classes dominadas façam parte da história.

Considerações finais: que estratégias possíveis?

A presença de conteúdo próprio heterogêneo e de princípios comuns que em um primeiro momento parecem ausentes, e, ainda, a defesa de neutralidade ideológica (como se os valores do pensamento conservador fossem universais e para o bem de todas as pessoas, independente de posições políticas, classes sociais, etc.), fazem com que ele seja tão facilmente encontrado em explicações mais simplistas frente a momentos de crise, especialmente em argumentos daquelas pessoas mais ligadas à particularidade, à vida cotidiana. O mundo das objetivações, de acordo com a elaboração helleriana, possui dois níveis: o primeiro, das objetivações genéricas em si, correspondente ao nível da particularidade; é a esfera mais vulnerável à alienação e analisada através de uma perspectiva mais funcional que se apresenta através da linguagem, do sistema de costumes e usos de objetos. Já o segundo, das objetivações genéricas para si, diz respeito ao plano estrutural da vida, extra-cotidiano, no qual o sujeito sai da particularidade e se eleva à um pensamento crítico de humano genérico. A reprodução da vida acontece no particular e na genericidade, mas sem dúvida a reprodução das estruturas de gênero (o próprio sistema sexo/gênero) que mantém as pessoas presas à papéis sociais, comportamentos, hábitos e costumes relativos a performances de gênero e sexualidade específicas está no plano das objetivações em si.

Judith Butler (2012) afirma que os sujeitos são reiteradamente generificados por meio da norma, e aqui entendemos a linguagem e os sistemas de signos e de hábitos como plenos das normas de gênero. Significa dizer que o caráter performático do discurso produz o gênero nos sujeitos através da repetição de gestos, atos e expressões que reforçam e corroboram com uma construção determinada de feminino ou masculino. Para que uma pessoa seja, portanto, considerada e construída socialmente como mulher ou homem (nos termos de uma sociedade binária), ela precisa reiteradamente se expressar de uma forma específica, através de gestos, comportamentos e atitudes que sejam conside-

radas femininas ou masculinas. Um bom exemplo disso pode ser encontrado na gravidez: a possibilidade supostamente essencial da mulher engravidar se torna um instrumento legitimador de sua condição feminina, sem o qual a sua qualidade natural de mulher poderia ser contestada. O mesmo acontece com o homem se sua capacidade de fecundar estiver em risco; põe-se em risco a sua própria masculinidade. Ou seja, para que uma pessoa seja socialmente mulher ou homem, ela deve reiteradamente se comportar de modos específicos e possuir certas capacidades (forjadamente) naturais que sejam consideradas femininas ou masculinas.

Mas essa compulsoriedade nos termos dos gêneros enquanto performances nada mais passa do que conveniência, e os sujeitos nas suas vidas cotidianas acabam não questionando a necessidade de haver esses comportamentos e práticas sociais. O discurso conservador se apropria da vida cotidiana para chegar às narrativas de diferentes populações, que absorvem estereótipos e estigmas ainda que estejam ocupando o lugar da subalternidade, do dominado, da classe que não se privilegia com esse discurso. Entretanto, são justamente os subalternos que possuem força histórica para forjarem transformar o real, aliados ao conjunto das classes dominadas. Ainda que no Brasil esses grupos de ativismo de gênero e diversidade sexual façam política, de modo geral, de maneira apenas “autônoma” e pouco institucionalizada, seus interesses devem estar em desestabilizar as relações vigentes (sociais e especificamente de gênero/sexualidade), o que os caracterizariam enquanto classes históricas. Além disso, possuem em si a consciência do humano genérico (portanto, de que podem romper com uma noção essencialista, pois frequentemente rompem com padrões de gênero e sexualidade).

Em uma quadra histórica conservadora, a revolução pode aparecer como “tentativa desesperada de impedir o pior [em vez de] como fruto do ‘amadurecimento das condições objetivas’.” (Löwy, 2005: 155). Se o trem da história, como disse Walter Benjamin, corre em direção ao abismo, é preciso que as classes dominadas se tornem classes históricas, descobrindo o potencial revolucionário que possuem e apoderando-se de suas histórias tal como elas inesperadamente se colocam no instante de perigo (Löwy, 2005). Não se pode transformar a história das classes subjugadas tampouco o sujeito político atual em instrumento da classe dominante – o que significa que os movimentos de diversidade sexual e de gênero devem lutar para desestabilizar, contrapor e revolucionar as normas do sistema sexo/gênero, e não desejar incluir os sujeitos na lógica dominante em defesa de direitos liberais que não são “oferecidos” a estes. É preciso, por isso, *escovar a história à contrapelo*, e isso se dará também com a pauta de gênero e sexualidade, ou não se dará.

Bibliografia

- AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (2015). Criminalidade e justiça penal na América Latina. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, n. 13.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva (2009). *Ética: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2006). O paradoxo da esquerda no Brasil. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, n. 74.
- BUTLER, Judith (2012). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CFESS, CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (2016). *A disputa de poder na conjuntura e os desafios de organização da classe trabalhadora*. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1247>>. Acesso em: 19 mar. 2016.
- COUTINHO, João Pereira (2014). *As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários*. São Paulo: Três Estrelas.
- DORIA, Pedro (2016). A esquerda no poder. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/pulse/esquerda-poder-pedro-doria>>. Acesso em: 19 mar. 2016.
- FOUCAULT, Michel (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- HARVEY, David (1993). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.
- HELLER, Agnes (1977). *O cotidiano e a história*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- IASI, Mauro (2015). *De onde vem o conservadorismo?* Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/>>. Acesso em: 19 mar. 2016.
- JESUS, Jaqueline Gomes de (2012). Identidades de gênero e políticas de afirmação identitária. In: *VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero*. Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- LÖWY, Michael (2005). *Walter Benjamin, Aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo.
- LUKÁCS, Georg (1966). *Estética*, Tomo I: a peculiaridade de lo estético. Barcelona: Ediciones Grijalbo.
- NASCIMENTO, Érico Silva do (2010). Crimes homofóbicos no Brasil: panorama e erradicação de assassinatos e violência contra GLBT, 2000-2007. In: *Seminário Assassinatos Praticados contra a População LGBT*. Câmara dos Deputados, Brasília.

- NETTO, Leila Escorsim (2011). *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez.
- NISBET, Robert (1987). *O conservadorismo*. Lisboa: Editorial Estampa.
- PNUD, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (2012). *Oito objetivos para 2015*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2016.
- ROCHA, Mirella Farias (2014). Crise capitalista, serviço social e consciência de classe: crítica da reposição do novo (velho) conservadorismo no trabalho profissional na política de assistência social. In: PAIVA, Beatriz Augusto de (org.). *Sistema Único de Assistência Social em perspectiva: direitos, política pública e superexploração*. São Paulo: Veras Editora.
- SANTOS, Boaventura de Souza (2015). *Classe média é ingrata e não será leal a outros governos, diz sociólogo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1675611-classe-media-e-ingrata-e-nao-sera-leal-a-outros-governos-diz-sociologo.shtml>>. Acesso em: 19 mar. 2016.
- TREVISAN, João Silvério (2004). *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record.
- ULLMANN, Reinholdo (2007). *Amor e sexo na Grécia Antiga*. Porto Alegre: EDIPUCRS.